

Programa Eleitoral

Legislativas 2024

Contas do programa

Volt

Paixão pelo bom senso

Introdução

As campanhas políticas em Portugal, como em todo o mundo, abordam o impacto económico, orçamental e ecológico dos vários programas eleitorais. Os cidadãos querem saber, quando votam, o resultado previsto daquele conjunto de medidas nas suas vidas pessoais e na estabilidade do país.

Infelizmente, há pouca transparência e rigor por parte dos partidos na partilha destes números. Nos debates, vemos frequentemente trocas de números entre os vários partidos com pouca explicação e por vezes pouco fundamento. O Volt considera essencial que os vários partidos partilhem as suas contas, de forma a facilitar o escrutínio dos media e informar devidamente os cidadãos.

O exemplo Holandês é particularmente inspirador. Na Holanda, há um organismo público independente, formado por economistas de renome, responsável por analisar o impacto das diversas políticas públicas. Em período de campanha eleitoral, este instituto analisa com enorme detalhe o impacto previsto dos diversos programas eleitorais. Tal permite aos cidadãos ter transparência sobre o resultado do seu voto num conjunto de métricas, tais como os salários, o crescimento económico, a carga fiscal, o défice do governo ou os investimentos sociais.

Recomendamos que se crie em Portugal uma prática semelhante de escrutínio dos programas eleitorais, possivelmente em parceria com faculdades de economia.

No Volt Portugal, por não termos acesso a um organismo independente público, decidimos pedir apoio a membros voluntários, nomeadamente doutorados em economia e que trabalham em instituições internacionais de renome. Eles construíram a análise que partilhamos neste documento. Apresenta uma perspetiva informada dos cálculos por trás do nosso programa, com transparência sobre tudo o que assumimos e consultámos, para que todos possam rever o racional de cada número.

Pedimos a todos os cidadãos que partilhem connosco qualquer incorreção que possam encontrar, para que continuemos a aperfeiçoar este trabalho.

Salários europeus em 10 anos

Portugal tem salários médios brutos, ajustados ao poder de compra, 42% inferiores aos da média europeia. [1] Descrevemos o plano para chegar a este valor em 10 anos [2].

Ao longo de dez anos pretendemos subir os salários médios em Portugal em 42% através de quatro mecanismos:

Mecanismo	Impacto	Racional
(1) Aumento de salários em % do PIB	5.9%	<p>Em Portugal, os salários representam 47.2% do PIB. Na zona euro representam 47.8% [3].</p> <p>As economias mais avançadas tendem a ter maior percentagem do PIB em salários (Alemanha, França, Bélgica, Dinamarca, estão todos acima da média Europeia) [4].</p> <p>Contamos que a sofisticação da economia portuguesa nos próximos dez anos possa trazer um aumento até 50% do PIB, o que significa um aumento de 2.8 pontos percentuais do PIB, ou de 5.9% dos salários.</p> <p>Este efeito será acelerado com a nossa medida de compensar fiscalmente empresas com salários acima da média.</p>
(2) Investimento do PRR e Portugal 2030	3.6%	<p>O investimento do PRR e Portugal 2030 será de 45 mil milhões de euros até 2027 [5].</p> <p>Tipicamente, um bom investimento de capital traz impacto operacional na ordem dos 20% do capital investido, ou seja, 9 mil milhões de euros de impacto no PIB português (que é de cerca de 245 mil milhões) [6]. Ou seja, cerca de 3.6%.</p> <p>Prevê-se que a subida do PIB se reflita numa subida igual nos salários.</p>
(3) Eficiência da máquina do estado	4.5%	<p>O Estado Português representa cerca de 123 mil milhões de euros [7], o que é cerca de 45% do PIB português.</p> <p>Pretendemos melhorar a eficiência do Estado em pelo menos 10%, através de:</p> <ul style="list-style-type: none">- Gestão por objetivos- Contratação de gestores por competência- Choque digital, nomeadamente em educação e saúde- Simplificação de processos- Uso adequado de colaboração com privados- Orçamento base zero <p>Tal representaria um ganho de eficiência de cerca de 4.5% do PIB [8], o que se traduziria no crescimento da economia.</p>

Mecanismo	Impacto	Racional
(4) Crescimento anual da economia	28%	<p>O crescimento cumulativo da economia portuguesa em 28% em dez anos significa um crescimento anual de 2.5%. Em 2023, o crescimento do PIB em Portugal foi de 2.3% [9], o que serve de referência.</p> <p>Propomos obter este aumento ambicioso do PIB através das seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apostar em setores de futuro para os quais Portugal tem vantagens estratégicas, tais como as energias renováveis [10], mar e economia azul, digital, Inteligência Artificial e biotecnologia - Abolir monopólios e oferecer mais recursos à Entidade da Concorrência para estimular o regular funcionamento do mercado - Agilizar a contratação e libertação de trabalhadores, para estimular a flexibilidade da economia às transformações tecnológicas, ao mesmo tempo que prolongamos e aumentamos apoios de subsídio de desemprego para proteger os trabalhadores - Fiscalizar e eliminar o uso de empresas para gastos pessoais, prática que traz fuga fiscal em sede de IRS, IRC e IVA - Atrair multinacionais para Portugal, nomeadamente através de uma política de IRC alinhada com a zona euro
TOTAL	42% [11]	

[1] Análise do polígrafo, baseada em publicações do Eurostat em 2021.

"A média da remuneração anual bruta por trabalho dependente dos países da UE é de 33.511 euros (2.393,64 euros mensais, se aplicada a mesma fórmula de cálculo, dividindo por 14 prestações pecuniárias). Em Portugal, a remuneração é, assim, 42,4 por cento mais baixa (1.105 euros) do que na média das 26 nações objeto de análise."

[2] O plano pode não representar uma total convergência com a média de salários europeus, já que estes também poderão crescer nos próximos dez anos (mesmo que a uma velocidade inferior). Não temos previsões robustas da sua evolução. Trata-se assim, em rigor, de uma convergência com o nível salarial médio actual.

[3] Salários como percentagem do PIB em Portugal e na Zona Euro, seguindo publicação da comissão europeia em 2022.

[4] Tabela da comissão europeia com detalhe dos salários como percentagem do PIB em 2022.

[5] Investimento em PRR para Portugal, até 2026, aumentado para 22.2 mil milhões de euros em Setembro de 2023, segundo comunicação do Governo.

Portugal 2030 tem um orçamento de 22.996 milhões de Euros para investimentos entre 2021 e 2027, segundo a página institucional.

[6] PIB em Portugal foi de 242 mil milhões de euros em 2022, segundo o INE.

[7] Despesa pública do Estado passou de 113 mil milhões de euros em 2023 para 123 mil milhões em 2024, segundo artigo da Visão sobre o Orçamento de Estado. Isto representa 44.8% do PIB português.

[8] Artigo da OECD sobre a relação entre o aumento da produtividade e o crescimento do PIB. Embora não sejam tecnicamente equiparáveis, estão muito ligados. Por simplicidade, assumimos nos cálculos que a relação seria 1 para 1.

[9] PIB português aumento 2.3% em 2023, de acordo com as contas do INE publicadas neste artigo do Observador.

[10] Previsão de investimento em energias renováveis em Portugal na ordem dos 40 a 60 mil milhões de euros na próxima década, de acordo com estimativas do Expresso (40 mil milhões) e do Governo (60 mil milhões).

[11] Existe ainda um fator importante relacionado com a população ativa. As previsões do INE apontam para uma queda de 30% até 2080 e cerca de 5% até 2034. A quebra de população ativa, mantendo-se o PIB, contribuiria para um aumento do salário médio. Por outro lado, a quebra da população ativa tende a contribuir para a redução do PIB. Como tal, por simplicidade, decidimos considerar os dois efeitos equiparáveis e não considerar esse fator nos cálculos.

Impacto do programa eleitoral nas contas públicas

A diferença entre as medidas que trazem custo e as medidas que trazem receita é de 6787-2980=3869 milhões de euros (detalhada nas páginas seguintes).

Inicialmente, esta diferença vai ser suportada por dívida pública. Trata-se de 1.55% do PIB. Tendo em conta que o Orçamento de Estado de 2024 prevê um superavit de 0.8% do PIB, isto deixa Portugal com um défice de 0.75% do PIB, o que é muito inferior aos 3% previstos como teto no Pacto de Estabilidade e Crescimento. E o próprio crescimento do PIB contribuirá para que esta percentagem continue a decrescer.

Durante a legislatura de quatro anos e ao longo da próxima década, quando a economia portuguesa crescer até atingir salários de nível médio europeu (crescimento acumulado de 28% em 10 anos, previsto no primeiro ponto deste relatório), a receita pública aumentará proporcionalmente (28% de de 123 mil milhões, ou seja, 34 mil milhões de euros de aumento), invertendo rapidamente este pequeno défice orçamental inicial.

Este impacto nas contas públicas permite investir 0.5% do PIB em ferrovia, repor integralmente o tempo de serviço dos professores, aumentar devidamente os profissionais de saúde, caminhar para 10% de parque habitacional público, reforçar o apoio à parentalidade e o subsídio de desemprego e alinhar o IRC máximo em Portugal com os níveis europeus. O Volt defende que este será um compromisso sensato e equilibrado entre contas públicas e avanço do país, e será muito benéfico para Portugal.

Medidas que trazem receitas ao Orçamento de Estado

No programa eleitoral do Volt, há várias medidas que trazem receita adicional ao Orçamento de Estado:

Área	Custo	Exemplo de grandes medidas
Agravar impostos sobre tabaco	424	O imposto sobre o tabaco está estimado em cerca de 1696 milhões de euros em 2024 [1]. Propomos agravar este imposto em 25%.
Agravar impostos sobre álcool e bebidas açucaradas	117	O imposto sobre álcool e bebidas açucaradas está estimado em cerca de 467 milhões de euros em 2024 [1]. Propomos agravar este imposto em 25%.
Expandir imposto IABA a produtos de consumo com excessivo teor de açúcar	467	Estimamos que a expansão do IABA a produtos de consumo com excessivo teor de açúcar será pelo menos uma duplicação do IABA atual, de 467 milhões de euros [1].
IVA de 30% para bens de luxo	110	Estimamos que os produtos de luxo representem cerca de 1.5% do PIB português [2]. Sendo esse o caso, veríamos um agravamento de 7 pontos percentuais do IVA, ou 30% de agravamento, em 1.5% da base. A receita de IVA em Portugal foi cerca de 24500 milhões de euros [3]. O aumento de 30% em 1.5% da base [4] resultaria em 110 milhões de euros.
Carga fiscal na fonte sobre emissões de agricultura e pecuária	0	Temos o intuito de utilizar esta verba integralmente em apoios aos agricultores na adoção de práticas sustentáveis.
Acabar com subsídios a combustíveis fósseis	1800	As medidas de redução de cerca de 25 centimos por litro de combustível (gasóleo ou gasolina) de Setembro de 2023 [5] prolongaram-se no orçamento de estado de 2024 [6]. Portugal consome cerca de 7.2 milhões de metros cúbicos, ou 7200 milhões de litros de combustível [7]. Como tal, a remoção dos subsídios aos combustíveis, no valor de 25 centimos por litro, representam 1800 milhões de euros de receita adicional para o Estado.
TOTAL (M euro)	2918	

[1] Orçamento de Estado de 2024 mostra receita de impostos sobre o tabaco de 1696 milhões de euros e IABA de 467 milhões de euros (página 128).

[2] Apesar de ser difícil estimar o mercado de luxo com percentagem do PIB, os líderes da indústria em Portugal estimam ser entre 5 a 7% do PIB. A Bain estima o mercado global de luxo em 1.3 triliões de dólares (sistema numérico americano), o que é cerca de 103 triliões de dólares (sistema numérico americano), na página 18 do relatório do FMI, pelo que seria de cerca de 1.3% do PIB. Assim sendo, usamos o valor de 1.5% do PIB.

[3] Orçamento de Estado de 2024 mostra receita de IVA de 24435 milhões de euros (página 128).

[4] Este valor poderá ser mais elevado, porque 1.5% do PIB representaria uma porção maior do consumo privado (que tende a ser dois terços do PIB, segundo o Banco de Portugal). Preferimos ser conservadores e deixar os 1.5%.

[5] Artigo do Eco sobre a continuidade das reduções de imposto sobre combustíveis.

[6] Artigo do Eco sobre a redução adicional de 2 cêntimos em Setembro de 2023, totalizando cerca de 25 cêntimos por litro.

[7] Comunicado oficial do governo mostra consumo de combustíveis de 4.8 milhões de metros cúbicos até Agosto de 2023, o que extrapolado para o ano fica em 7.2 milhões de metros cúbicos.

Medidas que trazem custos ao Orçamento de Estado

No programa eleitoral do Volt há várias medidas que trazem um gasto e investimento adicional às contas públicas.

Área	Custo	Exemplo de grandes medidas
Educação	815	Repor tempo de serviço dos professores, Residências para estudantes universitários, melhores refeições escolares (Detalhe de medidas e cálculos em anexo)
Saúde	655	Aumentar salários dos profissionais, cheque-dentista e cheque-óculos, reforçar SNS24 (Detalhe de medidas e cálculos em anexo)
Apoio Social	1107	Construir habitação pública com vista a 10% de parque público, licença de parentalidade de 1 ano, subsídio de desemprego reforçado (Detalhe de medidas e cálculos em anexo)
Investimento em infraestrutura	1410	0.5% do PIB investido anualmente em ferrovia, 180 milhões por ano em bicicletas, investimento em energia renovável e redes (Detalhe de medidas e cálculos em anexo)
Reduções fiscais	2800	IRC ao nível da média europeia, abolir o imposto de selo (Detalhe de medidas e cálculos em anexo)
TOTAL (M euro)	6787	

As páginas seguintes detalham os custos adicionais relacionados com cada uma das medidas do nosso programa que têm maior impacto orçamental.

Educação

Medida	Custo	Cálculo
Repor tempo de serviço dos professores	331	O cálculo oficial anunciado pelo governo seria de 331 milhões de euros (contando os seis anos e seis meses reivindicados) [1]
Alojamento para professores deslocados	14	Há cerca de quatro mil docentes a mais de 70km da escola onde ensinam. Para estes, propomos aumentar o apoio dos 200 euros mensais no orçamento de estado de 2024 para 500 euros mensais (aumento de 3600 euros anuais por professor, ou seja, cerca de 14 milhões de euros).
Compensar propinas para novos professores	5	Estimativa de 2000 novos docentes anuais, acima do 1600 históricos [3], de forma a colmatar a lacuna de professores do país. Estimando 4 anos de curso com propinas de 700 euros [4], totalizando 3200 euros de propinas, isto significa um gasto anual de 5.1 milhões de euros.
Residências para estudantes universitários	250	Há cerca de 450 mil estudantes no ensino superior [5]. Cerca de 20%, ou 85 mil, estudam em universidades privadas [6], estudando os restantes 365 mil em universidades públicas. Destes, e dado a concentração de estudantes e residentes em Lisboa e no Porto, estimamos que cerca de 30%, ou 100 mil, estudem numa cidade fora de onde residem. Assumindo que metade quererão viver em residências, e que o custo médio anual de um quarto numa residência por estudante é de 5000 euros, a disponibilização de residências custará 250 milhões de euros.
Investir em edifícios escolares	0	Esta medida tem que ver com o investimento competente, eficaz e sem desfalques das verbas do Portugal 2030 já alocadas a obras em edifícios escolares, que totalizam 1700 milhões de euros ao longo da década [7].
Investir em alargamento de creches	0	Esta medida tem que ver com o investimento competente, eficaz e sem desfalques das verbas do PRR já alocadas a investimento em novas creches [8], que totaliza 590 milhões de euros em respostas sociais ao longo da década [9], nas quais esta medida se inclui.
Melhores refeições escolares	144	Grande parte das medidas relacionadas com a qualidade das refeições escolares não tem qualquer custo (vide proposta do PCP para incluir fruta nas refeições escolares [10]). Pretendemos também apoiar as refeições dos alunos de agregados familiares com baixo rendimento, estimados em cerca de 360 mil [11]. Propomos apoiar estes alunos em cerca de 2 euros por dia de escola, ou cerca de 400 euros por ano, para um total de 144 milhões de euros.

Medida	Custo	Cálculo
Turmas de 20 alunos no ensino básico e 22 alunos no ensino secundário.	0	Neste momento há, em média, cerca de 11.7 alunos por professor no primeiro ciclo, 8.9 no segundo ciclo e 8.2 no terceiro ciclo e secundário [14]. Entendemos que os professores têm muito trabalho fora das aulas, em parte devido à burocracia e em parte à falta de uso de tecnologia (que poderia simplificar por exemplo a revisão e correção de exames ou trabalhos de casa). Assim sendo, com uso adequado de tecnologia no ensino e ajustes á distribuição de turmas, parece-nos viável atingir este objetivo de tamanho de turmas através da redução da burocracia, que tanto frustra os professores.
Máximo de 1500 euros para propinas de mestrado	66	Portugal tem cerca de 66 mil alunos de mestrado no ensino público [15]. Estimamos a propina média de mestrado em cerca de 2500 euros (é difícil ter um valor concreto, porque varia muito - pesquisámos o preçário de várias instituições e parece-nos que anda por este valor). Assim sendo, a medida custaria 66 milhões de euros, que seriam refletidos no subvenção estatal enviada para as instituições de ensino superior.
Orçamento de Erasmus reforçado	5	Há cerca de 10 mil alunos portugueses a participar no programa Erasmus [16], e que recebem as bolsas europeias do programa Erasmus+. Ainda assim, há muitos alunos que não conseguem aceder ao programa por falta de apoio [17]. Propomos dar um apoio adicional de 500 euros a cada aluno, o que se traduz em cerca de 5 milhões de euros por ano.
TOTAL (M euro)	815	

[1] [Artigo do Eco](#) sobre as contas em Fevereiro de 2023 para esclarecer os vários números referidos e em cima da mesa.

[2] [Artigo do Eco](#) com os números avançados pelo Governo no lançamento do subsídio de 200 euros mensais - fala em 4000 professores abrangidos.

[3] Estimativa de 1600 novos docentes anuais pelo [Instituto Mais Liberdade](#).

[4] Propina anual de 697 euros, de acordo com [diretiva da Direção Geral do Ensino Superior](#).

[5] Cerca de 446 mil estudantes em ensino superior, de acordo com [dados oficiais](#).

[6] Artigo do Observador com número de estudantes em universidades privadas, em 2023 (de acordo com dados do Ministério da Ciência e do Ensino Superior).

[7] [Anúncio de programa](#) de investimento em edifícios escolares como parte do Portugal 2030.

[8] Anúncio oficial do PRR de abertura de candidaturas a investimento para novas vagas em creches.

[9] Lista de investimentos de cariz social no PRR, nos quais se destaca o pilar C03-01 com novos equipamentos e respostas sociais.

[10] Exemplo de proposta do PCP aprovada em 2023 para introduzir fruta nos menus escolares.

[11] Artigo do Público que refere o número de alunos com Ação Social Escolar.

[12] Decreto-lei com os tamanhos médios das turmas de ensino obrigatório.

[13] Orçamento de Estado de 2024 mostra, na página 277, 5345 milhões de euros em despesas com pessoal.

[14] Pordata mostra o número de docentes em ensino público por ciclo, em 2022: 27500 no primeiro ciclo, 21139 no segundo ciclo, 72195 no terceiro ciclo e secundário.

Pordata mostra o número de alunos em ensino público por ciclo, em 2022: 323000 no primeiro ciclo, 187000 no segundo ciclo, 598000 no terceiro ciclo e secundário.

Assim sendo, no primeiro ciclo há em média 11.7 alunos por professor. No segundo ciclo há em média 8.9 alunos por professor, e no terceiro ciclo e secundário há em média 8.28 alunos por professor.

[15] A pordata mostra cerca de 82500 alunos de mestrado em Portugal, dos quais cerca de 20% estarão no ensino privado, segundo um artigo do público.

[16] Relatório do programa Erasmus em 2020 refere mais de 10.000 alunos portugueses no programa.

[17] Entrevista da Ministra da Ciência de Tecnologia em 2023, onde refere os problemas de acesso ao programa Erasmus.

Saúde

Medida	Custo	Cálculo
Cheque dentista	5	O cheque dentista já existe em condições particulares, e muitas vezes não são usados. São emitidos cerca de 725 mil por ano e 40% não são usados [1]. Pretendemos expandir o acesso a cheque dentista, de forma a abranger 1 milhão de pessoas por ano, e estimamos que do acréscimo de 275 mil cheques 40% continuem a não ser usados. O valor total será 45 euros para 275 mil pessoas, com uso de 40%, ou seja, cerca de 4.95 milhões de euros.
Cheque óculos	40	Estima-se que haja acima de 2 milhões de pessoas com problemas visuais em Portugal [2]. Propomos emitir cheques óculos no valor de 100 euros para apoiar o acesso. Estimamos que cerca de metade das pessoas recebam estes cheques e que cerca de 40% os usem (à semelhança do cheque dentista).
Reforçar saúde mental	0	O PRR já considera uma verba de 88 milhões de euros para a saúde mental e demência [3]. Parece-nos essencial investir este valor de forma eficaz e sem desvios.
Reforçar SNS24	10	O orçamento anual do SNS24 é cerca de 10-15 milhões de euros [4]. Propomos reforçar em cerca de 10 milhões de euros e permitir marcação direta de consulta no centro de saúde e teleconsulta. Propomos também aumentar a eficiência dos serviços atuais com apoio de inteligência artificial na interação com os cidadãos, libertando o trabalho dos enfermeiros para tarefas de maior valor acrescentado.
Campanhas e rastreios	0	O PRR já considera uma verba de 683 milhões de euros para a cuidados de saúde primários com mais resposta [5]. Nestes, inclui-se campanhas e rastreios. Parece-nos essencial investir este valor de forma eficaz e sem desvios.
Salário dos médicos e profissionais de saúde	600	O orçamento de saúde no orçamento de estado de 2024 é cerca de 14000 milhões de euros, dos quais 6000 milhões são em profissionais de saúde [6]. Propomos aumentos na ordem dos 15% desta rubrica. Destes, prevemos que cerca de um terço (5%), no mínimo, venham como resultado do aumento de produtividade e eliminação de frustrações no dia-a-dia dos profissionais, reduzindo necessidade de subcontratação de privados e permitindo responder a necessidades da população sem aumento da despesa.
TOTAL (M euro)	655	

- [1] [Artigo do Eco](#) sobre uso e prescrição de cheques-dentista.
- [2] Estimativa de prevalência de problemas de visão em Portugal, [pela APLO](#).
- [3] Descrição da medida do PRR sobre a saúde mental, do [site oficial](#).
- [4] [Artigo do Público](#) sobre o financiamento da linha SNS24 entre 2021 e 2024.
- [5] Descrição da medida do PRR sobre a saúde primária, do [site oficial](#).
- [6] [Orçamento de Estado de 2024](#) tem gastos com pessoal de saúde, na página 290.

Apoio social

Medida	Custo	Cálculo
Aumento de 5% do rendimento social de inserção (RSI)	20	O RSI é de cerca de 350 a 400 milhões de euros, (360 milhões em 2022) [1].
Aumento de 5% das pensões de invalidez	18	As pensões de invalidez são cerca de 360 milhões de euros [2].
Aumento de 5% do complemento solidário para idosos (CSI)	10	O CSI é cerca de 204 milhões de euros [3].
Aumento de 5% do abono de família	41	O abono de família é cerca de 820 milhões de euros [4].
Subsídio de desemprego mais longo e reforçado nos primeiros 3 meses	28	O subsídio de desemprego, nas suas várias vertentes, é de cerca de 185 milhões de euros [5]. Assumimos um reforço de 20% nos primeiros três meses, que varia entre os cinco e os 18 meses [6]. Isto significa, em média, um aumento de 20% em 25% do período - ou seja, 9.25 milhões de euros. Assumimos um prolongamento de 10% dos prazos para cada situação, ou seja, 18.5 milhões de euros.
Um ano de licença de paternidade/maternidade combinada	680	O subsídio de parentalidade é de cerca de 680 milhões de euros [7]. A licença de parentalidade atual é de cerca de 150 dias, a serem divididos entre o pai e a mãe, com incrementos frequentes de 30 dias (totalizando 180 dias) [8]. Assim sendo, propomos duplicar o valor das licenças de parentalidade para cerca de 360 dias, no valor 680 milhões de euros.
Cheques culturais de 200 euros para jovens entre 16 e 19 anos	100	Há cerca de 500 mil pessoas entre os 16 e os 19 anos em Portugal [9].
Apoio a arrendamento para famílias acima de 35% de taxa de esforço	0	O apoio à renda chega a cerca de 237 mil famílias com valor médio de 113 euros, cobrindo famílias de baixo rendimento com taxa de esforço acima dos 35% [10]. Propomos manter esta medida, que já está no orçamento de estado de 2024.

Medida	Custo	Cálculo
Construção de habitação pública com objetivo de ter 10% de parque público	210	Pretendemos assar dos 2% atuais para 10% significa construir cerca de 400 mil fogos em Portugal [11]. Para tal, propomos que cerca de 60% dos novos fogos sejam de habitação social. Há cerca de 35 mil novos fogos por ano [12], por isso seriam cerca de 21 mil por ano. Estimamos o custo de construção de um fogo de habitação social em cerca de 100 mil euros, usando terrenos públicos. Estes fogos podem ser construídos em conjunto com privados e com dívida que é paga pela renda a preços acessíveis. Assim sendo, prevemos um investimento de cerca de 10% do valor total pelo Estado.
TOTAL (M euro)	1107	

[1] [Artigo do polígrafo](#) que examina o valor do RSI no contexto da segurança social em 2022 - em 2021, o [relatório de contas da segurança social](#) mostra 356 milhões de euros, na página 123.

[2] [Relatório de contas](#) da segurança social mostra de 2021 - mostra gasto de 362 milhões de euros em pensões de invalidez (página 123).

[3] [Relatório de contas](#) da segurança social mostra de 2021 - mostra gasto de 204 milhões de euros em complemento solidário para idosos (CSI) (página 123).

[4] [Relatório de contas](#) da segurança social mostra de 2021 - mostra gasto de 820 milhões de euros em abono de família (página 123).

[5] [Relatório de contas](#) da segurança social mostra de 2021 - mostra gasto de 185 milhões de euros em subsídio de desemprego, nas suas várias vertentes - provisório, normal, garantia salarial, etc. (página 123).

[6] [Site da DECO](#) que descreve os modelos e prazos do subsídio de desemprego, variando entre os 5 e os 18 meses.

[7] [Relatório de contas](#) da segurança social mostra de 2021 - mostra gasto de 680 milhões de euros em subsídio de parentalidade (página 123).

[8] Regras das licenças de parentalidade em Portugal, segundo o [portal do governo](#).

[9] [Dados da portada](#) sobre os residentes em Portugal de diversas idades.

[10] Dados no [idealista](#), provenientes do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

[11] Dados do [polígrafo](#) mostram que há cerca de 2% de habitação pública em Portugal, ou cerca de 120 mil fogos de habitação social.

[12] [Artigo do JN](#) refere cerca de 36 mil novos fogos habitacionais em Portugal em 2023, segundo dados do INE.

Investimento anual em infraestrutura

Medida	Custo	Cálculo
Ferrovia - investimento anual de 0.5% do PIB	1200	0.5% do PIB, que é de 245 mil milhões de euros [1].
Mobilidade urbana - 180 milhões por ano em bicicletas	180	Nota: este valor servirá para equiparar Portugal à Irlanda.
Telecomunicações	0	Governo anunciou verbas de 355 milhões [2] de euros para levar telecomunicação de alta velocidade às zonas menos cobertas do país, por não terem tanto interesse comercial. Este valor é muito superior ao orçamentado em 2022 [3] e já está contemplado no orçamento de estado de 2024.
Energia e rede	30	Investimentos diretos em produção de energia virão, em larga medida, do programa RePowerEU, que oferece cerca de 855 milhões de euros contemplados no PRR [4]. Aumentar os investimentos anuais da REN, que são de entre 120 e 170 milhões de euros [5], em cerca de 20% (30 milhões de euros).
Reutilização da água	0	Propomos implementar, com eficácia e sem desvios, o plano estratégico para o abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais 2030 (PENSAARP 2030) [6]. Este plano prevê verbas de cerca de 500 milhões de euros anualmente e contempla o uso de verbas do Portugal 2030, que já estão confirmadas, e o aumento das tarifas domésticas em cerca de 25% a 50%.
TOTAL (M euro)	1410	

[1] PIB em Portugal foi de 242 mil milhões de euros em 2022, segundo o INE.

[2] Anúncio do governo de verbas de 355 milhões de euros para telecomunicação em zonas brancas, feito em final de 2023. Já contemplado no Orçamento de Estado de 2024.

[3] Anúncio do governo de verbas de 160 milhões de euros para telecomunicação em zonas brancas, feito em final de 2022.

[4] Site oficial do programa recuperar Portugal refere o valor das verbas do RePowerEU.

[5] Artigo do Jornal de Negócios sobre aumento de investimentos da REN de 126 para 177 milhões de euros.

[6] Artigo do Público que descreve o PENSAARP 2030 e finanças associadas.

Reduções fiscais

Medida	Custo	Cálculo
IRC a nível europeu	800	<p>Taxa estatutária máxima de IRC na Europa é de 21.7%, comparado com 31.5% em Portugal [1]. A redução para a média europeia significa uma redução de 9.8 pontos percentuais, ou de 26.1%, para as empresas que pagam a taxa estatutária máxima.</p> <p>As empresas com volume de negócio superior a 35 milhões de euros pagam menos de metade do valor total de IRC [2] (cerca de 3000 milhões de euros [3]), e são as únicas que podem ter essas taxas de IRC possivelmente mais altas.</p> <p>Assim sendo, a redução da taxa estatutária de IRC máxima para a média europeia traduzir-se-ia no máximo em 800 milhões de euros de redução fiscal.</p> <p>Esta redução servirá para atrair outras empresas multinacionais a fixarem-se em Portugal, o que contribuiria para um aumento do IRC. Esse incremento não é aqui considerado.</p>
Imposto de selo abolido	2000	O imposto de selo arrecada cerca de 2 mil milhões de euros anualmente [4].
TOTAL (M euro)	2800	

[1] De acordo com dados do Tax Foundation / OCDE no site do [Instituto Mais Liberdade](#).

[2] Artigo da CNN baseado em dados da Autoridade Tributária, em que se descreve o valor de IRC recebido por diferentes empresas.

[3] Receita de IRC em Portugal de 6300 milhões de euros, no [artigo do Expresso](#) sobre dados da Direção Geral do Orçamento, pelo que o valor pago por empresas muito grandes será de cerca de 3000 milhões.

[4] [Artigo do ECO](#) com receita do Imposto de Selo em 2022 - 1967 milhões de euros.